

EDUCAÇÃO DO CAMPO LUTAS E CONQUISTAS :SUJEITOS QUE MUDAM A REALIDADE

ANGELA MILANIA PROCOPIO DA SILVA¹

AMANDA PROCOPIO DA SILVA²

EDIGLEUMA COELHO DA SILVA SIQUEIRA³

RESUMO

Este presente trabalho coloca os aspectos históricos e inovadores do Assentamento na Agrovila Laginha antiga Fazenda Serrote Agudo, com o objetivo de fazer uma reflexão sobre os processos histórico escola comunidade para tanto optamos pela pesquisa participante que se faz junto a comunidade e para a comunidade em resposta de suas reflexões, para isto partimos da experiência do tempo comunidade e análise das oficinas realizadas como ponte para o debate e fazer nossas reflexões a cerca destes processos da comunidade.

Palavras-chave: Educação do campo. Educação Popular. Convivência com o semiárido brasileiro.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar o relato de algumas experiências práticas de educação do campo trabalhada durante o tempo-comunidade do curso Residência Agrária em Processos Históricos e Inovações Tecnológicas para a convivência com o Semiárido Brasileiro, junto aos camponeses do assentamento Zé Marcolino, localizado no Cariri paraibano. Assim faremos uma breve apresentação e caracterização do assentamento e da história da região. Fazemos também um breve histórico de como se consolida a escola no assentamento. Por fim faremos uma conclusão acerca da importância dos trabalhos de educação do campo que articulam prática e teoria desde problemas do cotidiano dos sujeitos do processo pedagógico.

O principal objetivo desse trabalho foi de demonstrar como se consolida a educação do campo no assentamento Zé Marcolino.

O CAMINHAR METODOLOGICO

O município de Prata na Paraíba tem um território de em média 192,0km², os primeiros habitantes a se fixarem no local onde se desenvolveu o Município foram Joaquim Monteiro, João Bezerra, Chico Tenório, Isabel, Vicente e Bento Aleixo. As terras onde está situada a atual Sede Municipal pertenciam a Valentim Monteiro, doadas ao Patrimônio por seu herdeiro Manoel Lidroso, considerado o fundador da localidade. Origem do Topônimo: originou-se de uma fonte de águas límpidas, descoberta pela moradora Catarina Paz, que passou a chamá-la de Poço de Água de Prata.

Logo antes de virar município a Prata pertencia ao município de Monteiro, Ananiano Ramos Galvão queria que a Prata passa-se a condição de município, então ele com apoio do Deputado Federal Plínio Lemos construíram um projeto que mais tarde virou a lei nº 1147, de dezesseis de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e nove na

Qual passava a Prata para condição de município do estado da Paraíba, porém o município só viria a ser instalado e independente político em 07-01-1959.

Prata é um dos municípios brasileiros localizado na microrregião do Cariri Ocidental, estado da Paraíba. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2009 sua população era estimada em 4.057 habitantes. O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

Esse município segundo coelho (2014, pg.28) por estar geograficamente localizado no cariri ocidental paraibano, que proximidades com o sertão do Pajeú e do Moxotó no Estado vizinho de Pernambuco, concentram uma grande quantidade de vates que tem talento e tradição na poesia popular. Além da sua proximidade com a cidade de Teixeira – PB, que é considerada por muitos estudiosos como berço do repente no Brasil. A feira da Prata – PB, por décadas, abrigou vários poetas que vinham de Sumé, Monteiro, Ouro Velho, São Jose do Egito e tantas outras cidades. Onde nas calçadas dos bares eles sentados em tamboretas pegava suas violas e ali mesmo rodeados de pessoas faziam seus belos versos improvisados que eram estupendos e de uma significação magnificas para aqueles amantes da poesia. Além da feira, muitos são os eventos de cantoria que

são realizados na região. A Prata abriga grandes nomes da Poesia Popular como Felizardo Moura, Antenor Cazusa, Carlinhos da Prata, Francisco Coelho e Zé de Cazusa, este conhecido nacionalmente como enciclopédia viva da poesia popular.

Segundo o PDRS (Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável), (2003) *apud* Silva (2014), de acordo com o plano de desenvolvimento sustentável do cariri paraibano, esta região é caracterizada economicamente pela aptidão pela pecuária bovina, ovina e caprina através das atividades de agricultores de base familiar que vivem em comunidades e/ou assentamentos. No caso deste ultimo grupo, pudemos identificar que em análise ao PDRS (2003, p.):

Na maioria dos casos o INCRA desapropria terras não em função de sua importância dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional, na qual seriam levados em consideração fundamentalmente o potencial produtivo e a importância social das terras para permitir uma transformação na vida de famílias marginalizadas. O que parece determinante são as disponibilidades de áreas para a desapropriação e o cumprimento de metas de famílias assentadas, pouco importando afinal o resultado do processo de assentamento na qualidade de vida das famílias assentadas e no desenvolvimento da região. Essa visão de reforma agrária explica que as terras dos assentamentos do Cariri sejam frequentemente terras marginais em termos produtivos, localizadas nas zonas de sequeiro, onde a crise do sistema agrário se faz sentir de forma mais acentuada, e que as áreas dos assentamentos sejam muito inferiores ao necessário para a produção das famílias.

Pode-se notar essas atribuições no Assentamento Zé Marcolino onde se realizou a pesquisa de campo e que a tantos anos sofre com sérios problemas de estiagem e falta de água pois a dificuldade de cavar poços e se encontra água também é difícil. A dificuldade de se gerar uma renda fixa nas famílias afeta de maneira concreta sua permanência no assentamento.

2.2. O Assentamento Zé Marcolino

O assentamento foi criado dentro da antiga Fazenda Serrote Agudo e sua área abrange os municípios de Prata, Amparo e Sumé. Está dividido em 4 agrovilas Lajinha, Macacos, Formigueiro e Cumarú. Foi formado pelo INCRA através de cadastramento de famílias da região que, após a indenização do proprietário da Fazenda Serrote Agudo, receberam os títulos de propriedade daquelas terras, em 2002. Muito dos assentados já trabalhavam como diaristas e como meeiros naquela mesma fazenda, sem nunca ter podido juntar dinheiro suficiente para conseguir comprar suas próprias terras ou cercar seu roçado, de forma que

garantissem a sobrevivência de suas famílias.

Em conversas com um membro do MST que atuou na região em finais dos anos 90 até 2003 e alguns assentados, é possível compreender o processo de assentamento a partir de ações de ocupação de terras organizadas que forçaram o latifundiário a aceitar a indenização do INCRA em 2001. Nessa perspectiva não se tratou de um processo pacífico de assentamento, como alguns estudos sobre a área afirmam (Ferreira e Silva, 2009), mas de um movimento de enfrentamento político e prático do latifúndio, em que cada uma das agrovilas do assentamento foi formada por núcleos de famílias com diferentes formas de envolvimento na luta pela terra.

Em 1999 o proprietário da época negociou suas terras junto ao INCRA, que iniciou o cadastro de famílias interessadas. Mas apenas em 2002 foi criado oficialmente o assentamento Zé Marcolino por conta das ações de ocupação de terras em 2001, obrigou o proprietário a aceitar o repasse concreto de suas terras ao INCRA. As 86 famílias foram divididas em quatro agrovilas (Lajinha, Cumarú, Macacos, Formigueiro). Não existe camponês sem luta de classe. Estamos desde muito antes da escravidão lutando para que todos vivam de forma mais igualitária e essa luta é abraçada pelos movimentos sociais.

De acordo com Silva (2014, p. 20) no universo que compreende as agrovilas já existem disparidades de realidades em relação à disponibilidade hídrica, como é o caso da Agrovila Lajinha, que possui menos suporte de armazenamento e poucas reservas de água, como poços e açudes. Sendo esta uma das grandes preocupações dos assentados.

O processo histórico das lutas camponesas no Brasil

“Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando”.

(FERNANDES, 2005, p. 1)

As **Ligas Camponesas** foram um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) **Francisco Julião** (1915-1999). As Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” contra a secular estrutura latifundiária no Brasil.

No nosso País, a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou

força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta, com o crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições (FERNANDES, 2004, p. 02).

A situação de miséria da população nordestina motivou a criação, em 1959 pela lei nº3.692, onde se destinava partes do recurso do governo para a educação. Da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), administrada pelo economista Celso Furtado, com o objetivo de produzir estudos sobre a situação socioeconômica do Nordeste e encontrar soluções imediatas para a região. Só que a implementação da mesma foi destorcida de forma que não beneficiasse os pequenos camponeses mais fortaleceu o poder das oligarquias agrárias.

Nesse mesmo ano, a Igreja Católica declarou-se a favor da **reforma agrária**, ampliando o apoio à causa levantada pelas ligas camponesas.

Segundo Pinto (2012, p.2) no site mundo da educação a primeira liga foi formada em 1954, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, reunindo 1200 trabalhadores rurais. O caráter dessas organizações abandonava as antigas medidas assistencialistas, passando a assumir uma atuação política mais ativa na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela distribuição de terras.

Para amenizar os conflitos relacionados à posse e propriedade da terra no Brasil na década de 1960 a Reforma Agrária ocupa espaço nos debates políticos entre as diferentes camadas sociais. Assim, diante das mobilizações em prol da redistribuição fundiária no país, o Estatuto da Terra foi implementado pelo Governo Militar, na gestão do Marechal Castelo Branco, como mecanismo de controle dessas tensões sociais e sustentação do modelo capitalista do patronato rural.

Ademais, o Estatuto da Terra teve a função política de amplo controle dos movimentos rurais. Os camponeses e sindicatos rurais organizados, em alto grau de mobilização, exigiam uma democratização do acesso à terra, e pressionavam o governo central. Eram movimentos diversos, alguns surgiram na própria década de 1960, como a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), impulsionada pelo PCB e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais também eram apareceram no cenário como entidades fortes, após a Lei de 1963 feita no Governo João Goulart, que os regulamentou (STÉDILE, 2011, p.4)

As ligas camponesas sofreram forte repressão da polícia e dos grandes proprietários de terras, o que não impediu seu fortalecimento ao longo dos anos, expandindo-se também para os

estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1961, realizou-se em Belo Horizonte - MG, o **Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas**, reivindicando a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas a todos os trabalhadores do campo.

Pinto coloca ainda que as reivindicações das ligas camponesas foram fortalecidas com as medidas do governo de João Goulart, as **Reformas de Base**, lançadas em 1963, cujo pilar da política para o campo era justamente a reforma agrária. A ação das ligas camponesas pela reforma agrária constituiu-se como mais um dos motivos encontrados pelos militares, apoiados pelas forças conservadoras do país, para executarem o golpe de Estado em 1964.

Ele nos diz que ligas camponesas foram totalmente reprimidas durante a ditadura civil-militar e seus principais líderes foram presos. Entretanto, a reivindicação dos trabalhadores rurais pela distribuição de terras no Brasil foi novamente retomada na década de 1980, podendo-se considerar o **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)** como um continuador da luta empreendida pelas ligas camponesas.

Segundo (o sete reforma agraria do Brasil) o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é uma organização criada na década de 1980, na região de Cascavel, no estado do Paraná, neste mesmo local também se encontrava a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o intuito principal de organizar um grupo camponês para se unir em favor da luta pela terra e pela reforma agrária, além de alavancar as transformações sociais que se faziam necessárias para o país. Era, inicialmente, um grupo formado por posseiros que tinham sido limitados por barragens, meeiros, pequenos agricultores, migrantes, etc. Porém, os líderes e fundadores do MST, consideram injusta a afirmação de seu movimento ter surgido nessa época, pois dizem ter a semente lançada pelos primeiros indígenas que lutaram contra a mercantilização de suas terras pela coroa portuguesa e posteriormente movimentos como os quilombos e Canudos o MST buscar junto a todas essas lutas que ocorreram desde o princípio a retribuição de terras para esses povos. Ressalta que nos anos 1980 o MST foi contra a reforma agraria, pois ela estava sendo imposta pelo regime militar que queria apenas que as terras fossem colonizadas já o MST queria que as terras fossem distribuídas para torna-las produtivas e melhorar a condição de vida da população campesina.

Ao ver esta música percebo o quanto que é importante lutarmos por um país mais igual.

Sem Terra

Zé Ramalho

A bandeira vermelha se moveu

*É um povo tomando posição
Deixe o medo de tudo pra depois
Puxe a faca, desarme sua mão
Fique muito tranquilo pra lutar
Desamarre a linha da invasão
A reforma está vindo devagar
Desembocar no rio da razão
Disparada de vacas e de bois
É o povo tomando posição. É o povo tomando direção.*

Percebe-se que nesta música a sua letra é um convite para também ir pra marcha pra se unir e darem-se as mãos para romper às correntes para abrir as cadeias da escravidão, e ele ainda afirma que o povo tão tomando posição tão escolhendo uma direção, mais na verdade o que o povo tá tomando é apropriação do conhecimento de um saber que ainda não era seu um saber que na realidade lhe foi roubado por conta da escravidão. O MST considera que é impossível entendê-lo sem entender primeiro sua ocupação.

De acordo com o que já foi colocado percebemos agora olhando o estado da Paraíba que as lutas aqui travadas começaram muito antes dos movimentos sociais aqui colocados existirem, quando ocorreram as primeiras manifestações de não aceitar o que lhe eram impostos pelos escravos, índios e tantos outros.

Em 1850, a Coroa promulgou a primeira lei de terras do país. Esta decorreu das pressões inglesas que a Monarquia vinha sofrendo, no sentido de substituir a mão-de-obra escrava pela assalariada, pois, já se avistava a inevitável abolição das escravaturas. O referido diploma legal objetivava também evitar que os escravos, uma vez libertos não se tornassem donos de terras. Essa lei implantou no país a propriedade privada, ou seja, a posse da terra era feita somente através da compra. A partir daí a terra se tornou uma mercadoria com valor de troca e de uso. Esta lei regulamentou a grande propriedade da terra e consolidou a estrutura fundiária improdutiva, que até os dias atuais vigora no país (LIMA, 2010, p. 138).

Começou aí as grandes mobilizações, pois as terras estavam sendo grandes mercadorias e os escravos que estavam se tornando livres não tinham terras para trabalhar logo não iriam conseguir sobreviver aí começar a mecanização da mão de obra barata. De acordo com Marx a classe trabalhadora é composta por aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Para que o modo de produção capitalista seja alimentado, o trabalho é a sustentação do capitalismo e essa sustentação se faz pela exploração do trabalhador.

Segundo Silva (2013 p. 3) o Estado da Paraíba contou com 194 conflitos de terra entre 1970 e maio de 1996, distribuídos em 55 municípios, a maioria na região do Agreste e Brejo, se estendendo pela Zona da Mata a Região da Borborema e avançando para o Sertão. As lutas na Paraíba se acirraram com o processo de proletarianização e marginalização a que são submetidos os trabalhadores expulsos do campo. A história do MST na Paraíba é bastante fragmentada devido a diversos fatores como a ausência de registros sistemáticos.

Contudo encontram-se vários relatos dessas lutas travadas em várias entrevistas e documentários onde nesses relatos encontramos muito de nossa história infelizmente boa parte perdida.

3.2. Educação popular

Segundo Pereira (2009) a educação popular teve seu surgimento no final da década de 50 para o início pra de sessenta, nos quais o governante era Juscelino Kubitschek que governou no período de 1956 a 1961, esse período também ficou conhecido como desenvolvimentista por nele foi começado o plano nacional de desenvolvimento. Esse plano tinha como objetivo reunir todas as regiões para estimular o potencial econômico e expansão industrial foi aqui neste movimento também que se criou a SUDENE e se teve o aumento da inflação os ricos ficaram mais ricos e os assalariados mais pobres.

Segundo Bezerra (2007) o clima de libertadores democratas que caracterizou o governo de Juscelino permitiu a emergência de um movimento popular. Ocorreram várias manifestações populares, com greve na zona rural e nos centros indústrias que se alastraram nos governos seguintes. As manifestações do regime populista se revelavam antiquadas inadaptadas ao sistema em sua nova face.

Foi no governo de João Goulart (Jango) em 1962 que tivemos grandes avanços a realização das reformas de base: agraria tributaria administrativa, bancaria e educacional. Neste governo o povo teve mais liberdades, ele também reatou ações diplomáticas com países, recusou-se a invasão de cuba, iniciou reformas na nacionalização do petróleo e na implementação da reforma agraria. Foi neste contexto que se emerge as lutas de bases que surgem as ligas camponesas dos movimentos de cultura popular é o povo contra o poder centralizado.

A educação popular irrompeu como uma experiência pedagógica essencialmente crítica horizontal e dialógica, definitivamente politica e definitivamente clássica [...] como um projeto próprio, como um movimento que resiste ser apropriação poder que gera e reproduz contemporaneamente a educação [...] seu horizonte é a

possibilidade histórica da construção de uma nova hegemonia no interior da sociedade capitalista; o lugar de passagem de uma educação para o povo para uma educação que o povo cria; passagem do sujeito econômico para o sujeito político. Um movimento de reapropriação de um modelo de educação para fazê-la ser a educação do seu projeto histórico. (Brandão in Gadotti 1994, p.36).

Temos como conceito sobre educação popular compreender uma educação que surgiu de dentro dos movimentos com a finalidade de mudança na sociedade e a importância do saber adquirido. Segundo Brandão a educação popular é deve ser autônoma e produtora de autonomia de classe, dialógica, comprometida, participante, crítica conscientizadora, livre e libertadora como um meio fundamental de produção da cidadania (Brandão, 2000, p.370).

Observe que foram as ligas camponesas que iniciaram os movimentos de educação popular e foram os movimentos sociais que desencadearam outros, como a Educação do Campo, assim, em uma educação camponesa estão todos os movimentos juntos, assim, é necessário pensar quem é o ser camponês.

Sendo assim a educação popular está contida na educação do campo e na educação camponesa.

Assim apesar das carências que temos e do processo de lutas travadas pela terra na Paraíba e não importando nossas limitações e dificuldades as escolas nossas escolas devem construir seu currículo embasados nestas lutas diferentes daqueles trabalhados nos livros didáticos e se contextualize com êxito e com eficácia de uma educação permeada por valores dos sujeitos do campo.

A integração da comunidade junto à escola do Assentamento Zé Marcolino

A escola do assentamento Zé Marcolino 11 mulheres, sua luta pela sobrevivência a cada ano, mostra-nos a resistência politicamente organizada da comunidade porque tem a escola como um espaço de formação e libertação, como já dizia Paulo Freire “(1981, p.7): ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Por este motivo a forte demanda para uma ação integrada do tempo-comunidade com a escola. Sendo assim, em outubro de 2013 e apesar das carências, limitações e dificuldades a Escola vai se construindo muito mais com seu currículo oculto do que aquele instituído pelos livros didáticos ou propostas

pedagógicas externas. A Escola faz com eficácia, com êxito, uma educação permeada por valores que preparam o ser para sua vivência e permanência no campo. Esses valores que a escola vem ensinando, incorporam-se no inconsciente dos educados por toda a sua vida e no cotidiano da comunidade.

Ali não se encontra a generalizada ideia que para ser feliz é preciso migrar para a cidade. Ao contrário, existe resistência dos sujeitos comunidade em ir para a escola da cidade, a escola do campo desta comunidade ensinou e ensina aos seus educandos, o contrario do que lhe é ensinado na cidade, que mostra um “agricultor desvalido de conhecimento, pobre e miserável”, e que se não estudar as crianças terão o mesmo destino de seus pais, de pobreza e miséria. A Escola desempenha, portanto um papel de desconstrução desse perfil onde era roubada a identidade de nossa gente que de miserável e desprovida de conhecimento não tem nada. Somos sujeitos fortes, inteligentes e de fibra, e é essa personalidade que queremos construir em nossas crianças.

Nas vivencias, foi possível observar os sonhos dos camponeses com relação a escola, e estes são os mais variados: Alguns sonham que a escola se torne uma escola federal, outros sonham com que a escola receba recursos liberados para organização da escola, outros comentaram que sonham em cercar a escola para poder criar animais, uma horta, fazer uma cisterna. Tudo isto para que os educandos, educadores junto com os camponeses tenham contatos com as técnicas e tecnologias para um bom convívio no semiárido. Nós, como educadores, lembramos que cada conquista é mais que uma conquista isolada, mas fruto de movimentos e mobilizações maiores a favor do povo.

Assim definimos trabalhar em torno da escola vamos ajudar na implantação de uma UD-Unidade Demonstrativa, onde teremos a parte das plantações e a parte criação de animais. Em maio de 2014 exibimos um filme (Abuella Grillo, Bolívia) para as crianças onde ele falava de forma dinâmica sobre a privatização dos recursos hídricos e de como estes são importantes para as pessoas que moram no semiárido.

Figura 2: Trabalhando uma oficina de mudas com as crianças



Fonte:

Era também importante fazer esta conversa com os adultos sobre a importância da água no semiárido nesse processo passamos o filme para posteriormente diante das oficinas com os adultos e com as crianças começamos a articular juntos a alguns movimentos a possível construção de cisternas em volta a escola aonde vai fica a UD.

Em articulação com a CUNHA (coletivo feminista) e PATQ (Programa de Ampliação de Tecnologias Apropriadas) em apoio com o FIDA (Fundo de Investimento do Desenvolvimento Internacional conseguimos a implantação de três cisternas sendo duas de enxurrada e uma de 1ª água. Sendo importante para a manutenção da escola e para nossa UD-Unidade Demonstrativa que esta em processo de construção.



Figura 3: Pais construindo cercas onde ficara nossa UD.

.O Currículo da Escola

A comunidade é desprovida de patrão, a organização social passa pela compreensão da solidariedade e do espírito libertador. Em primeiro lugar esta a Escola por que compreende a função social

dentro da própria comunidade. Por isso, a qualquer necessidade da escola, todos se unem para aquele fim.

Um fator de resistência também é o currículo, das escolas do campo que muitas vezes possui um currículo voltado para a realidade da cidade e, portanto, não atende aos anseios de quem vive no campo. E assim os educandos começam a alimentar o sonho de migrar para a cidade, já a Escola do Assentamento possui um currículo diferenciado, trabalhamos os valores voltados para a terra, porque devemos senti-la até as entranhas, até sentir a própria respiração do que propomos.

Ao nos aproximamos de uma realidade inusitada como a da Escola do Campo no Assentamento Zé Marcolino, podemos perceber, observando seus movimentos internos de uma escola que transcende comumente o currículo tradicional, que a mesma dá ênfase aos valores humanos, éticos, sócias, culturais e religiosos.

Crianças que esperam a merenda que não importa se vem do programa do governo ou se vem da divisão do pão das muitas famílias do assentamento. E se falha o salário de uma professora, as outras dividem com ela do próprio salário de forma igualitária, gerando uma comunhão que confere toda uma compreensão de que a partilha é o caminho indicado da solidariedade. Ali não é necessário instalar um programa de cultura de paz, pois, o currículo oculto, vivenciado diariamente, é absorvido por todos. Podem até esquecer os conteúdos do livro didático, mas não se perdem os valores tecidos entre as atividades que a Escola se compromete a vivenciar. Assim, a compreensão de um currículo próprio e independente. Podemos afirmar, então, que seria um transgressor. Segundo o dicionário palavra transgressor significa contravento, violador e desobediente.

Currículo oculto são todas as manifestações em ambiente escolar. São as simbologias que formam o ambiente escolar que não estão expressos em palavras ou em não estão formalmente no papel, culturais de um povo.

Como transgressão

Tais experiências e vivências são a base sobre a qual os educandos aprendem. O aprendizado demanda um espaço de transcendência e o vemos lógico pelo sorriso de cada criança, pela segurança que lhe oferece a escola. O papel das educadoras não é outro se não o de ajudar as crianças a ver e compreender a realidade, descobrir, assumir a responsabilidade de ser elemento de mudança da realidade.

Há, portanto algumas preocupações que se tornam presentes para as educadoras da escola. É visível que elas todos os anos sentem a insegurança de mais um ano de trabalho bater em sua porta e se serão outra vez contratadas.

Também, é grande a dificuldade em manter a escola funcionando, pois depende financeiramente dos recursos repassados pelo governo estadual, correndo sempre o

risco de um possível fechamento ou boicote da escola em conjunturas políticas locais desfavoráveis. As educadoras lembram que a escola já concluiu seu projeto político pedagógico para garantir mais precisam efetiva sua regularização junto ao estado. Assim, as educadoras buscam diariamente apresentar um currículo transdisciplinar e transcendentales, pois transcende o tempo e espaço.

Esta escola do campo, do Assentamento Zé Marcolino, procura pela própria intuição de suas educadoras, preencher a vida de seus alunos numa ligação que incorpora conteúdo ao cotidiano. Porém este preparar o ser, o faz voltado para dentro para conhecer o que vem de fora, e não o contrário. Não é a toa que a missão da escola é fazer brotar no ser um agir comprometido com a vida que é o fruto da terra.

Considerações finais

Percebemos que por meio da metodologia proposta conseguimos alcançar os nossos objetivos que era de fazer os assentados repensarem suas vidas enquanto agricultores como também potencializar a experiência da UD que será construída com recursos do nosso curso de especialização de processos Históricos e Inovação Tecnologia no Semiárido Brasileiro em parceria com a COOPTERA (Assistência Técnica do Assentamento).

Com as oficinas foi possível realizarmos o levantamento da história do assentamento como também seus meios de produção e fomos mais além conseguimos que os mesmos pensassem criticamente e de acreditar na certeza que muitas coisas ainda vão ser conquistadas. Eles se reconheceram como agentes de mudanças do semiárido, pois tem a força dentro de cada um que juntos são cada vez mais resistentes, como dizíamos no nosso curso “é no semiárido que a vida pulsa, é no semiárido que o povo resiste”, esse povo de fibra de esperança e perseverança no olhar e no agir.

Percebemos que os assentados sentem dificuldades e não são poucas ao decorrer de cada ano eles lidam com a estiagem, este fator é o que mais os atingem, pois este concretamente ligado a suas vidas, pois precisam da água para seu consumo, para o consumo dos animais, para suas plantações e campos de forragem. É certo que eles também já usam as boas práticas e tecnologias apropriadas para o nosso semiárido tem seus campos de palma, fazem seu silo e não desperdiçam a água.

Junto à escola, percebemos que esta além de servir como espaço físico de reuniões da comunidade voltadas aos mais variados fins, a escola funciona como articuladora de atividades de educação contextualizada com seu currículo. Pais e comunidade entendem a proposta de educação do campo, e quando se conclui uma atividade na classe a educadora leva para que eles possam ver na prática tudo que

eles trabalharam na classe fazendo assim o uso da práxis.

Identificamos que se tem dificuldades junto a escola, pois a mesma carece ainda de muitos materiais para se desenvolver e trabalhar os que as educadoras queriam, além de terem limitações na estrutura e tantos atrasos das verbas do governo estadual, que as impedem de realizar com nas êxito seu trabalho.

Mas estas dificuldades vêm sendo superadas, superadas tem-se o apoio da comunidade e dos grupos sócias, sendo o MST mais presente, a assistência técnica que sempre se propõe a colabora com as praticas que a escola se propõe a realiza os funcionários da escola contribuem de forma corajosa para que os educandos fiquem o mais aconchegante possível.

Assim Angela (educadora da Escola da Terra) nos diz:

Ensinar educação do campo é um desafio muito prazeroso para todos que trabalham e são comprometidos com a contextualização de conteúdos e valorização dos saberes. Nessa perspectiva vemos os importantes avanços sociais e pedagógicos que essa prática nos trouxe. Motivando nossos educandos a se tornarem defensores ambientais e comprometidos com o saber como diz Paulo freire (1979, P.30) que uma educação sem esperança não é educação. Quem não tem esperança na educação dos camponeses deve procurar trabalho em outro lugar.

Consideramos que esta experiência foi de suma importância para nós enquanto educandos, pois nos possibilitou a ampliar nossos conhecimento e gerar novos saberes em meio à comunidade e a escola fomos tecendo juntos, nesses espaços construímos espaços para o dialogo fazendo-se resgates das suas próprias vidas e com as crianças em volta a esses momentos trabalhados nesta perspectiva trabalhamos na ecogincana de 2014 os recursos hídricos e a reciclagem do lixo.

Figura 4: 2 ECOGINCANA



Acreditamos que podemos colaborar juntos aos processos realizados pela escola e que envolvam a comunidade, pois um depende do outro. Neste sentido podemos definir como um dos princípios da educação do campo:

São como as raízes de uma árvore que tira a seiva da terra (conhecimento), que nutre a escola e faz com que ela flores e frutos (a cara do lugar onde esta inserida). (SILVA. in: BAPTISTA E BAPTISTA, 2005, P.39) percebe-se que esta comunidade esta politicamente organizada e se unem em prol um do outro.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Albertina Maria R. B. de. **Avaliação participativa do sistema de produção desenvolvido no assentamento Zé Marcolino**, Cariri- PB. Ano de publicação: 2007. Fonte/Imprensa: 2007.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. In: **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul. Janeiro 2002. Vol.2, No.2, p. 4-13.

- BARBIER, R. La recherche action. Ed. Anátropos/Econômica - Paris, 1996. 112p.
- BORGES, Paulo Torminn. Institutos Básicos do Direito Agrário. 11 ed. São Paulo: Saraiva 1998.
- BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: 11 jan. 2012
- CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Editoras Vozes, 2000.
- FERREIRA, Eduarda de Lima; SILVA, Elton Oliveira da. **Assentamento rural em região semi-árida: alternativas de manejo sustentável no projeto de assentamento Serrote Agudo.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. pp 1-23.
- FREIERE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981, p.79*
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 224p.
- LIMA, João Batista. A Briosa: **História da Polícia Militar da Paraíba.** In: História da Paraíba. 2010. Blog de Internet: <http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/> acessado em 9 de setembro de 2013.
- LIMA, E. C. de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006. Dissertação de Mestrado, 138 p.
- SANTOS, Fabiana do N., JÚNIOR, José Sales A. W., ARAÚJO, Alexandre E. de; <http://www.mundoeducacao.com/historiadobrasil/as-ligas-camponesas.htm>
- . SILVA, I.h.a historia contada: **SURGIMENTO DO MST NA PARAIBA UFPB** ,quinta-feira, 20 de dezembro de 2007
- SOUZA, Fred Newton da Silva; ALVES, Juliana Mariano; D'Agostini, Luiz Renato. **Agricultores experimentadores: aprender com a experiência e experimentar para saber.** Palmas: UNITINS, 2008. 56p
- STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 2011
- <http://reforma-agraria-no-brasil.info/o-mst.html>
- <http://www.cchla.ufpb.br/caos/index.html>
- SANDRONI, Paulo "**Campesinato**". Novíssimo Dicionário de Economia

